

**Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. e Controladas**

CNPJ nº 34.984.919/0001-89

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado			
Circulante	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.897	5.112	109.097	52.086	14	268	5.627	50.271	167.376
Contas a receber	7	-	-	25.669	20.040	15	270.148	-	314.751	48.652
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	25	-	25	8	-	1.493	-	1.493
Dividendos a receber		4	-	-	-	16	-	-	4.351	-
IRPJ e CSLL a recuperar	9	4.908	-	6.235	-	17	65	1.720	3.822	8.090
Tributos a recuperar	9	35	4.770	58	6.448	18	-	-	5.707	2.721
Despesas antecipadas		5	119	122	6.107					
Estoque		-	-	33	-					
Outras contas a receber	10	1.875	2.669	10.719	2.712	14	-	504.795	1.214.600	1.730.350
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>8.724</b>	<b>12.695</b>	<b>151.937</b>	<b>87.418</b>	19	-	-	556	-
Não circulante										
Realizável a longo prazo						20	-	-	18.507	14.922
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	46.814	76.570	16	-	-	5.023	-
Tributos a recuperar		-	-	15	-	17	396	-	396	-
Despesas antecipadas		-	-	6	-	14	-	-	129.726	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.128.025</b>	<b>1.207.132</b>	<b>2.414.810</b>	<b>2.515.808</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>1.136.749</b>	<b>1.219.827</b>	<b>2.613.582</b>	<b>2.679.796</b>					
Passivos										
Circulante										
Fornecedores										
Empréstimos e financiamentos										
Contas a pagar de partes relacionadas										
IRPJ e CSLL										
Tributos e obrigações trabalhistas										
Encargos regulatórios										
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>270.481</b>	<b>8.840</b>	<b>378.902</b>	<b>228.332</b>					
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Provisão para processos judiciais										
Provisão para desmobilização de ativos										
IRPJ e CSLL diferidos										
Tributos e obrigações trabalhistas										
Fornecedores										
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>396</b>	<b>504.795</b>	<b>1.368.808</b>	<b>1.745.272</b>					
<b>Total do passivo</b>		<b>666.577</b>	<b>13.635</b>	<b>1.747.710</b>	<b>1.973.604</b>					
Patrimônio líquido										
Capital social										
Capital social a integralizar										
Prejuízos acumulados										
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>865.872</b>	<b>706.192</b>	<b>865.872</b>	<b>706.192</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.136.749</b>	<b>1.219.827</b>	<b>2.613.582</b>	<b>2.679.796</b>					

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Saldos em 01 de janeiro de 2024	Capital social		Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar			
Integralização de capital	1.557.001	(614.549)	(373.245)	(147)	569.060
Aumento de capital	-	344.910	-	-	344.910
Outros resultados abrangentes	-	-	-	147	147
Prejuízo do exercício	-	-	(207.925)	-	(207.925)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.615.952</b>	<b>(328.590)</b>	<b>(581.170)</b>	<b>-</b>	<b>706.192</b>
Aumento de capital	13.000	(13.000)	-	-	-
Integralização de capital	-	334.140	-	-	334.140
Prejuízo do exercício	-	-	(174.460)	-	(174.460)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.628.952</b>	<b>(7.450)</b>	<b>(755.630)</b>	<b>-</b>	<b>865.872</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

**1. Informações Gerais: 1.1 Contexto operacional:** A Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("Companhia" ou "IBH IV"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de setembro de 2019, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98 - 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. **1.2 Relação de entidades controladas:** A IBH IV possui o controle da Infraestrutura Brasil Holding V S.A. ("IBH V"), constituída em 25 de setembro de 2019 e da Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. ("IBH SV"), constituída em 10 de setembro de 2021. Ambas as controladas diretas da IBH IV têm como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. Em 22 de outubro de 2021, a Companhia adquiriu participação societária correspondente a 16,67% do capital social da Gestão e Transformação Infraestrutura S.A., sociedade que tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria em gestão de negócios e criação de valor na área empresarial.

Empresa	Participação		Atividade principal	Controle
	31/12/25	31/12/24		
Gestão e Transformação Infraestrutura S.A. ("Gestão e Transformação")	16,67%	16,67%	Consultoria	Venture
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	100%	100%	Holding	Direto
Infraestrutura Brasil Holding V S.A. ("IBH V")	100%	100%	Holding	Indireto
Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. ("IBH SV")	100%	100%	Holding	Indireto
Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. ("VSV")	-	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 01" ou "VT01")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 02" ou "VT02")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 03" ou "VT03")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 04" ou "VT04")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 05" ou "VT05")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 06" ou "VT06")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 07" ou "VT07")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 08" ou "VT08")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 09" ou "VT09")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 10" ou "VT10")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 11" ou "VT11")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 12" ou "VT12")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 13" ou "VT13")	100%	100%	Geração de energia	Indireto
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 14" ou "VT14")	100%	100%	Geração de energia	Indireto

As Controladas indiretas possuem as seguintes características:

SPE	Usina	Estado	Capacidade Física - MW		Início da autorização	Fim da autorização
			MW	MW		
VT 01	Ventos de São Vitor 01	BA	32	15,1	03/11/2020	02/11/2055
VT 02	Ventos de São Vitor 02	BA	32	16	03/11/2020	02/11/2055
VT 03	Ventos de São Vitor 03	BA	32	14,6	03/11/2020	02/11/2055
VT 04	Ventos de São Vitor 04	BA	32	15,3	03/11/2020	02/11/2055
VT 05	Ventos de São Vitor 05	BA	32	16,2	03/11/2020	02/11/2055
VT 06	Ventos de São Vitor 06	BA	32	16,3	03/11/2020	02/11/2055
VT 07	Ventos de São Vitor 07	BA	44,8	22,2	03/11/2020	02/11/2055
VT 08	Ventos de São Vitor 08	BA	32	15,8	03/11/2020	02/11/2055
VT 09	Ventos de São Vitor 09	BA	32	16,1	03/11/2020	02/11/2055
VT 10	Ventos de São Vitor 10	BA	44,8	22,6	03/11/2020	02/11/2055
VT 11	Ventos de São Vitor 11	BA	32	14,8	03/11/2020	02/11/2055
VT 12	Ventos de São Vitor 12	BA	32	15,7	03/11/2020	02/11/2055
VT 13	Ventos de São Vitor 13	BA	32	15,5	03/11/2020	02/11/2055
VT 14	Ventos de São Vitor 14	BA	38,4	17,8	03/11/2020	02/11/2055
<b>Total</b>			<b>480</b>	<b>234</b>		

A Companhia juntamente com suas controladas diretas e indiretas, é referida como "Grupo" ao longo das demonstrações financeiras. **1.3 Contratos de energia:** O Complexo Eólico Ventos de São Vitor é composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada. Em 2019, o complexo comercializou cerca de 70% de sua energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CECAL) firmados com a CEMIG Geração e Transmissão ("CEMIG"). Os contratos celebrados são de longo prazo, até dezembro de 2041, sendo que as condições comerciais permanecem confidenciais, em conformidade com as práticas de mercado e com as cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes. No que se refere à estrutura de financiamento de longo prazo, parte do Complexo Eólico Ventos de São Vitor conta com financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, enquanto outra parcela é financiada pelo Banco do Nordeste - BNB, refletindo uma estrutura de capital diversificada e alinhada às características do projeto. **1.4 Situação financeira:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$261.757 na Controladora e R\$226.965 no Consolidado (positivo em R\$3.855 na Controladora e negativo em R\$140.914 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

Total do ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Total do ativo circulante	8.724	12.695	151.937	87.418
Total do passivo circulante	270.481	8.840	378.902	228.332
<b>Capital circulante líquido</b>	<b>(261.757)</b>	<b>(3.855)</b>	<b>(226.965)</b>	<b>(140.914)</b>

O Grupo registrou prejuízos nos últimos exercícios, refletindo principalmente sua estrutura de capital, o perfil econômico-financeiro típico dos primeiros anos de operação dos empreendimentos e os efeitos recentes de eventos de *curtailment*, os quais reduziram o resultado dos períodos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$755.630. As controladas indiretas possuem contratos de venda de energia de longo prazo, que proporcionam previsibilidade de receitas ao longo da vigência contratual, ainda que sujeitos a eventuais restrições operacionais do sistema elétrico. A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e o desempenho operacional do Grupo, avaliando a necessidade de adequações em sua estrutura de capital. No curso normal dos negócios, e considerando o estágio atual dos empreendimentos, a Companhia poderá contar, quando necessário, com suporte financeiro de seus acionistas, por meio de aportes de capital, os quais estão alinhados ao planejamento financeiro do grupo econômico. Com base na avaliação realizada, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter a continuidade normal de suas operações, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: 2.1 Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 06 de março de 2026. **2.2 Principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.3 Adoção de normas contábeis – Novas e revisadas:**

Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	01/01/2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante.
CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação	01/01/2026	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	01/01/2026	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais.
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	01/01/2027	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia fará a adoção a essas normas e interpretações novas e alteradas conforme o CPC correspondente, se cabível, quando entrarem em vigor. **2.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. **2.5 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **(b) Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos:** A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 12 – Imobilizado:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação; **Nota explicativa 13 – Intangível:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização; **Nota explicativa 12 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida:** A avaliação da recuperação de ativos de longa duração e de vida útil indefinida, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (*impairment*) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis; **Nota explicativa 17 – Tributos e obrigações trabalhistas:** A provisão de bônus é estimada com base no atingimento de metas, remunerações e quadro de pessoal. **Nota explicativa 19 – Provisão para processos judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Nota explicativa 20 – Provisão para desmobilização de ativos:** Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Metodologia utilizada para mensuração do impacto				Gestão			
Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão	Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado	Empréstimos de longo prazo com taxa de juros	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos	Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento e Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.				

**(a) Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros decorrem de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual permanece sendo constantemente monitorado. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data. Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com apreciação e depreciação de 25%, e (iii) com apreciação e depreciação de 50%.

Operação	Indicador	Controladora 31/12/25					
		Cenário I Impacto	Cenário II	Cenário III	Saldo em exposição	Redução de índice em 25%	
Recursos em aplicações financeiras	CDI	1.897	255	191	319	127	382
Empréstimos e financiamentos	CDI (271.603)	(36.506)	(27.380)	(45.633)	(18.253)	(54.759)	
		<b>Consolidado 31/12/25</b>					
		Cenário I Impacto	Cenário II	Cenário III	Saldo em exposição	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Operação	Indicador	Saldo em exposição	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 50%	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 50%	
Recursos em aplicações financeiras	CDI	102.993	13.843	10.382	17.304	6.922	20.765
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	CDI	46.814	6.292	4.719	7.865	3.146	9.438
Empréstimos e financiamentos	CDI (271.603)	(36.506)	(27.380)	(45.633)	(18.253)	(54.759)	
Empréstimos e financiamentos IPCA (1.286.143)	(52.089)	(39.067)	(65.111)	(26.044)	(78.133)		

**(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobre de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou impaired e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais dos empréstimos e debêntures, além de monitorar as condições restritivas financeiras ("covenants"), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias ou legais. A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data deste balanço, o Grupo mantém CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$ 1.897 (R\$5.112 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado de R\$109.097 (R\$52.086 em 31 de dezembro de 2024). A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Até um ano (i)	Controladora Vencimentos		Até um ano (i)	Controladora e Consolidado Vencimentos	
	Até um ano (i)	Total geral		Até um ano (i)	Total geral
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Fornecedores	268	268			
Empréstimos e financiamentos	302.109	302.109			
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Fornecedores	5.627	5.627			
Contas a pagar de partes relacionadas	1.493	1.493			

**Acima de 1 até 3 anos (i)**   **Acima de 3 até 5 anos (i)**   **Acima de 5 anos (i)**   **Total geral**

Até um ano (i)	Controladora Vencimentos		Até um ano (i)	Controladora e Consolidado Vencimentos	
	Até um ano (i)	Total geral		Até um ano (i)	Total geral
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Fornecedores	50.271	80.882	48.844	-	179.997
Empréstimos e financiamentos	424.732	252.435	263.261	1.923.646	2.864.074
Encargos regulatórios	5.707	-	-	-	5.707
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Fornecedores	167.376	-	-	-	167.376
Contas a pagar de partes relacionadas	1.493	-	-	-	1.493
Encargos regulatórios	2.721	-	-	-	2.721

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos. O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e encargos regulatórios. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **3.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, o Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas às dívidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Total dos empréstimos e financiamentos	270.148	504.795	1.529.351	1.779.002
(-) Caixa e equivalente de caixa	(1.897)	(5.112)	(109.097)	(52.086)
(-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	(46.814)	(76.570)
<b>Dívida líquida</b>	<b>268.251</b>	<b>499.683</b>	<b>1.373.440</b>	<b>1.650.346</b>
Total do patrimônio líquido	865.872	706.192	865.872	706.192
<b>Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)</b>	<b>1.134.123</b>	<b>1.205.875</b>	<b>2.239.312</b>	<b>2.356.538</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>24%</b>	<b>41%</b>	<b>61%</b>	<b>70%</b>

**3.3 Outros riscos considerados relevantes: a) Risco regulatório:** As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. O risco de curtailment no setor de energia é a limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema (ONS), mesmo que haja recurso natural para gerar. Causado por excesso de produção/falta de demanda em determinados dias e horários, por congestionamento/indisponibilidade da rede de transmissão ou por outros critérios operativos de confiabilidade definidos pelo ONS, apesar de ser um risco que sempre existiu no setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados e afetando especialmente projetos eólicos e solares da região Nordeste. Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em ativos de geração renovável, levando à busca por soluções estruturais como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo e regulamentação de armazenamento, além de compensações financeiras para visando mitigar os impactos financeiros aos geradores. Foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, a qual estabeleceu diretrizes para a compensação parcial aos geradores de energia elétrica por perdas decorrentes de certos tipos de restrições de geração. A referida Lei instituiu o arcabouço legal para eventual indenização, condicionando sua efetiva aplicação à regulamentação específica pelos órgãos competentes e a celebração de Termo de Compromisso entre os agentes de geração e o Poder Concedente. Em continuidade ao processo regulatório, foi instaurada a Consulta Pública nº 210/2025, aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026, com o objetivo de definir, entre outros aspectos, os critérios de elegibilidade, a metodologia de apuração dos montantes compensáveis, os limites financeiros aplicáveis e as condições operacionais para implementação do mecanismo previsto na Lei. Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises. **b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Lei Complementares ("LC"). O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação. Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **c) Risco de impairment:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo identificou indicativos de impairment para um ativo ou grupo de ativos, conforme detalhado na nota explicativa nº 12 ("Imobilizado"). **4. Instrumentos Financeiros por Categoria: (a) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Mensuração subsequente de ganhos e perdas: VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro

baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidação numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados. **(e) Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros. Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. **(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<b>Ativos financeiros</b>				
Ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	1.897	5.112	109.097	52.086
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	46.814	76.570
Contas a receber	-	-	25.669	20.040
Contas a receber de partes relacionadas	-	25	-	25
Dividendos a receber	4	-	4	-
Outras contas a receber	1.875	2.669	10.719	2.712
<b>Passivos financeiros</b>				
Ao custo amortizado:				
Fornecedores	268	5.627	179.997	167.376
Empréstimos e financiamentos	270.148	504.795	1.529.351	1.779.002
Contas a pagar de partes relacionadas	-	1.493	-	1.493
Encargos regulatórios	-	-	5.707	2.721

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos classificados no circulante aproxima-se de seu valor justo em função do curto prazo remanescente até o vencimento. Para os instrumentos classificados no não circulante, a Administração entende que o valor contábil representa uma aproximação razoável do respectivo valor justo na data do balanço, considerando que são remunerados substancialmente por taxas pós-fixadas indexadas a indicadores econômicos e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Não foi elaborada estimativa específica de valor justo. **5. Caixas e Equivalentes de Caixa:** **Política contábil:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas controladas. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Recursos em banco e em caixa	25	26	6.104	76
Recursos em aplicações financeiras (i)	1.872	5.086	102.993	52.010
<b>Total</b>	<b>1.897</b>	<b>5.112</b>	<b>109.097</b>	<b>52.086</b>

(i) Aplicações financeiras em CDBs com liquidez diária, remunerados a uma taxa média de 99,18% do CDI (97% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024). **6. Aplicações Financeiras Vinculadas às Dívidas: Política contábil:** As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	46.814	76.570
<b>Total</b>	<b>46.814</b>	<b>76.570</b>

(i) Contas reservas relacionadas às dívidas das controladas indiretas (SPES) que possuem financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate. Valores aplicados em CDB com remuneração equivalente a 98% do CDI e em Fundo de Investimento com remuneração equivalente a 97,54% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (média de 97,32% do CDI em 31 de dezembro de 2024). **7. Contas a Receber: Política contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas. A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, em sua maioria, é oriundo do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Venda de energia (i)	25.669	20.040
<b>Total</b>	<b>25.669</b>	<b>20.040</b>

(i) Contas a receber relativas principalmente aos respectivos Power Purchase Agreements ("PPAs") junto à CEMIG das controladas indiretas São Vitor 01, São Vitor 02, São Vitor 03, São Vitor 04, São Vitor 07, São Vitor 08, São Vitor 10, São Vitor 12 e São Vitor 13. Os contratos foram firmados conforme condições negociadas entre as partes e preveem a venda de energia incentivada com início de suprimento de energia em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041. Além dos contratos de PPA junto à CEMIG, as controladas indiretas efetuaram vendas de energia para outras comercializadoras. Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
A vencer	470	-
Vencidos de 1 a 30 dias	24	-
Vencidos de 31 a 90 dias	341	-
<b>Total</b>	<b>25.669</b>	<b>20.040</b>

**8. Contas a Receber e a Pagar de Partes Relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com o Grupo, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

Empresas	Natureza	Controladora e Consolidado	
		31/12/25	31/12/24
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Custo compartilhado	-	-
Chapada Branca Holding S.A.	Reembolso de despesas	-	19
Fótons de São Magno Energias Renováveis S.A.	Reembolso de despesas	-	6
<b>Total</b>		-	25

**(a) Impacto no resultado:**

Empresas	Natureza	Controladora e Consolidado	
		31/12/25	31/12/24
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Despesa de custo compartilhado	(805)	15.852
<b>Total</b>		<b>(805)</b>	<b>15.852</b>

**Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as



continuação

**Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. e Controladas**

despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pela Pátria. A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo encargos e benefícios, totalizava R\$9.190 (R\$5.861 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia possui contratos de outorga do Incentivo de Longo Prazo (ILP) que foram firmados pela Companhia e representam a outorga do direito sobre valorização de investimento pela Assembleia Geral, o qual está sujeita ao limite global de 5% (cinco por cento) do Ganho do Acionista. O Plano do Incentivo de Longo Prazo tem por objetivo permitir que seus Beneficiários façam jus, de acordo com os termos e condições previstos, ao Incentivo, consubstanciado no direito ao recebimento de valor em dinheiro, ou de ações de emissão da Companhia, conforme o caso, atrelado a potencial valorização do investimento realizado pelo Acionista Controlador, proporcional ao percentual atribuído a cada Beneficiário. O pagamento de qualquer valor devido a título de Incentivo ocorrerá apenas no âmbito de um Evento de Liquidez decorrente de uma Transferência de Controle da Companhia. A atual previsão é que o pagamento deverá ser realizado pela Companhia, em dinheiro, mediante transferência eletrônica de recursos aos Beneficiários. A Companhia reconheceu reversão parcial de despesa no montante de R\$1.300 referente ao programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP) destinados a alta administração em 31 de dezembro de 2025 (provisão de despesa de R\$1.590 em 31 de dezembro de 2024). Esse incentivo tem como objetivo alinhar os interesses dos executivos com a criação de valor para os acionistas. **Compartilhamento de Custos:** O contrato de compartilhamento de despesas que a IBH I mantinha com a Companhia, foi rescindido em dezembro de 2024. **9. Tributos a Recuperar: Política contábil:** Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4.908	3.670	6.235	4.792
IRRF a recuperar	35	1.100	47	1.175
COFINS e PIS a recuperar	-	-	-	7
Outros tributos a recuperar	-	-	11	473
	<b>4.943</b>	<b>4.770</b>	<b>6.293</b>	<b>6.448</b>
<b>Não Circulante</b>				
Outros tributos a recuperar	-	-	15	-
	-	-	15	-
<b>Total</b>	<b>4.943</b>	<b>4.770</b>	<b>6.308</b>	<b>6.448</b>

**10. Outras Contas a Receber: Política contábil:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrer de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<b>Circulante</b>				
Adiantamento a funcionários	-	-	16	36
Adiantamento a fornecedores	-	56	43	60
Depósitos judiciais	-	-	5.890	-
TUST (i)	-	-	2.895	-
Outros ativos	1.875	2.613	1.875	2.616
<b>Total</b>	<b>1.875</b>	<b>2.669</b>	<b>10.719</b>	<b>2.712</b>

(i) Montante pago a título de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) que se espera que seja recuperado. **11. Investimentos: Política contábil:** Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Controladora e são consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

**(a) Movimentação dos investimentos:**

	IBH V	IBH SV	Gestão e Transformação	Total do investimento
	100%	100%	16,67%	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>567.005</b>	<b>619.849</b>	-	<b>1.186.854</b>
Equivalência patrimonial	(62.103)	(33.809)	-	(95.912)
Aumento de capital	63.131	50.905	-	114.036
Outros resultados abrangentes	107	40	-	147
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>568.140</b>	<b>636.985</b>	-	<b>1.205.125</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>568.140</b>	<b>636.985</b>	-	<b>1.205.125</b>
Equivalência patrimonial	(59.225)	(31.412)	1.812	(88.825)
Integralização de capital	1.700	7.667	205	9.572
Distribuição de dividendos	-	-	(16)	(16)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>510.615</b>	<b>613.240</b>	<b>2.001</b>	<b>1.125.856</b>

**(b) Resumo das informações financeiras:** O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas diretas e indiretas:

Em 31 de dezembro de 2025	Gestão e Transformação			VSV	São Vitor 01	São Vitor 02	São Vitor 03
	IBH V	IBH SV	16,67%				
<b>Balanco patrimonial resumido</b>							
Participação acionária	100%	100%	16,67%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	741	792	20.156	-	18.619	5.634	2.751
Ativo não circulante	509.874	612.449	17.716	-	170.209	158.179	159.386
Passivo circulante	1	1	9.541	-	21.988	6.705	4.808
Passivo não circulante	-	-	12.669	-	103.506	89.623	91.877
Patrimônio líquido	510.614	613.240	15.662	-	63.334	67.485	65.452
<b>Demonstração de resultado resumida</b>							
Receita líquida de vendas	-	-	18.860	-	18.823	18.377	18.455
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	8.947	(8)	3.060	2.508	2.805
Lucro (prejuízo) do exercício	(59.225)	(31.413)	1.017	(191)	(10.058)	(5.440)	(10.170)

Em 31 de dezembro de 2024	Gestão e Transformação			VSV	São Vitor 01	São Vitor 02	São Vitor 03
	IBH V	IBH SV	16,67%				
<b>Balanco patrimonial resumido</b>							
Participação acionária	100%	100%	16,67%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	763	849	17.488	134	6.687	2.919	3.214
Ativo não circulante	567.385	636.142	19.919	185	184.666	164.338	172.939
Passivo circulante	8	5	7.499	-	28.358	19.588	10.287
Passivo não circulante	-	-	15.842	-	90.703	74.869	90.244
Patrimônio líquido	568.140	636.986	14.066	319	72.292	72.800	75.622
<b>Demonstração de resultado resumida</b>							
Receita líquida de vendas	-	-	14.197	-	18.090	20.951	13.213
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	10.916	(7)	555	174	(1.338)
Lucro (prejuízo) do exercício	(62.103)	(33.809)	2.287	(364)	(11.991)	(5.345)	(7.611)

Em 31 de dezembro de 2025	Gestão e Transformação			VSV	São Vitor 04	São Vitor 05	São Vitor 06	São Vitor 07	São Vitor 08	São Vitor 09	São Vitor 10	São Vitor 11
	IBH V	IBH SV	16,67%									
<b>Balanco patrimonial resumido</b>												
Participação acionária	100%	100%	16,67%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	6.638	11.135	13.341	4.021	5.734	10.729	8.324	10.013	10.013	10.013	10.013	10.013
Ativo não circulante	155.623	159.097	157.600	219.118	159.583	158.104	219.529	158.785	158.785	158.785	158.785	158.785
Passivo circulante	6.476	5.428	5.528	10.342	5.264	6.403	9.023	5.434	5.434	5.434	5.434	5.434
Passivo não circulante	84.560	80.508	79.063	135.328	80.679	81.999	120.292	92.033	92.033	92.033	92.033	92.033
Patrimônio líquido	71.225	84.296	86.350	77.469	79.374	80.431	98.538	71.331	71.331	71.331	71.331	71.331
<b>Demonstração de resultado resumida</b>												
Receita líquida de vendas	19.510	24.192	27.192	27.009	19.586	26.557	26.630	24.735	24.735	24.735	24.735	24.735
Lucro (prejuízo) bruto	2.172	7.585	10.040	2.184	3.015	6.710	4.214	10.890	10.890	10.890	10.890	10.890
Lucro (prejuízo) do exercício	(5.837)	(547)	1.851	(15.842)	(5.017)	(1.562)	(6.981)	(2.088)	(2.088)	(2.088)	(2.088)	(2.088)

Em 31 de dezembro de 2024	Gestão e Transformação			VSV	São Vitor 04	São Vitor 05	São Vitor 06	São Vitor 07	São Vitor 08	São Vitor 09	São Vitor 10	São Vitor 11
	IBH V	IBH SV	16,67%									
<b>Balanco patrimonial resumido</b>												
Participação acionária	100%	100%	16,67%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	3.858	2.783	3.804	4.412	2.444	2.522	3.471	3.520	3.520	3.520	3.520	3.520
Ativo não circulante	159.448	161.767	162.340	237.845	165.952	162.168	220.153	171.405	171.405	171.405	171.405	171.405
Passivo circulante	10.699	6.196	6.779	23.656	10.329	9.380	15.788	11.818	11.818	11.818	11.818	11.818
Passivo não circulante	75.544	74.754	75.223	125.321	75.266	74.612	105.567	90.289	90.289	90.289	90.289	90.289
Patrimônio líquido	77.063	83.600	84.142	93.280	82.801	80.698	102.269	72.818	72.818	72.818	72.818	72.818
<b>Demonstração de resultado resumida</b>												
Receita líquida de vendas	15.813	9.032	15.293	22.672	15.241	9.861	20.005	8.504	8.504	8.504	8.504	8.504
Lucro (prejuízo) bruto	1.034	(189)	497	(1.662)	(2.350)	688	(2.383)	1.668	1.668	1.668	1.668	1.668
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.286)	(2.612)	(2.589)	(11.479)	(7.138)	(3.485)	(7.315)	(3.347)	(3.347)	(3.347)	(3.347)	(3.347)

Em 31 de dezembro de 2025	Gestão e Transformação			VSV	São Vitor 12	São Vitor 13	São Vitor 14
	IBH V	IBH SV	16,67%				
<b>Balanco patrimonial resumido</b>							
Participação acionária	100%	100%	16,67%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	9.018	14.295	24.810	-	-	-	-
Ativo não circulante	152.098	149.073	191.925	-	-	-	-
Passivo circulante	7.949	7.090	9.364	-	-	-	-
Passivo não circulante	99.277	101.899	127.767	-	-	-	-
Patrimônio líquido	53.890	54.379	79.604	-	-	-	-
<b>Demonstração de resultado resumida</b>							
Receita líquida de vendas	-	-	19.660	-	19.344	31.874	-
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	2.752	-	3.660	14.724	-
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(10.029)	-	(8.730)	(872)	-

Em 31 de dezembro de 2024	Gestão e Transformação			VSV	São Vitor 12	São Vitor 13	São Vitor 14
	IBH V	IBH SV	16,67%				
<b>Balanco patrimonial resumido</b>							
Participação acionária	100%	100%	16,67%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	9.478	12.347	13.512	-	-	-	-
Ativo não circulante	164.955	159.888	203.998	-	-	-	-
Passivo circulante	20.942	19.743	29.655	-	-	-	-
Passivo não circulante	89.573	89.384	107.381	-	-	-	-
Patrimônio líquido	63.918	63.108	80.474	-	-	-	-
<b>Demonstração de resultado resumida</b>							
Receita líquida de vendas	-	-	19.532	-	21.056	15.963	-
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	315	-	1.103	(1.980)	-
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(10.064)	-	(9.768)	(6.728)	-

**12. Imobilizado: Política contábil:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo

separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. As taxas anuais de depreciação do Grupo se aproximam das taxas de depreciação do MCPSE. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são reavaliados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado. **Teste de redução ao valor recuperável:** O Grupo avalia anualmente ou, com maior frequência, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de um teste de impairment, conforme os parágrafos 9 a 12 do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma análise detalhada dos indicadores de impairment utilizando fontes internas e externas, em conformidade com as normas CPC 01 (R1) / IAS 36, para suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Para fins de teste de impairment, a Administração define que as SPes, em conjunto, representam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Essa classificação fundamenta-se no fato de que as SPes estão situadas em uma mesma região geográfica e compartilham características operacionais e decisões estratégicas sinérgicas, sendo geridas e monitoradas como uma única unidade de negócios. Foram identificados indicadores de impairment no Complexo Eólico Ventos de São Vitor, uma vez que a performance operacional e os resultados dos ativos para o referido período ficaram abaixo das projeções orçamentárias. Essa situação decorre, principalmente, dos altos níveis de curtailment que afetam o complexo e não estão sob controle da Administração. O curtailment é um fator externo adverso que impactou diretamente a operação, contribuindo para uma piora significativa nos resultados, vide nota explicativa nº 3.3. Diante da situação supracitada, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera a incerteza de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro. O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela Administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores. Os testes de impairment foram executados por meio de cálculos do valor recuperável, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda, conforme parágrafo 18 do CPC 01. O valor em uso foi determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado (DCF). As

**Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. e Controladas**

sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

**Controladora Consolidado**

	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<b>Circulante</b>				
Materiais e serviços	85	177	8.403	2.081
Compra de energia	-	-	16.565	4.649
Provisões de fornecedores (i)	183	5.450	25.303	160.646
<b>Não circulante</b>				
Provisões de fornecedores (i)	-	-	129.726	-
<b>Total</b>	<b>268</b>	<b>5.627</b>	<b>50.271</b>	<b>167.376</b>

(i) O montante registrado na rubrica de provisão de fornecedores refere-se a obrigações contratuais devidas à Siemens Gamesa Energia Renovável Ltda, decorrentes dos contratos de fornecimento, instalação e comissionamento dos aerogeradores, incluindo obrigações pós-COD (Commercial Operation Date), ajustes contratuais e garantias de performance relacionadas ao pleno funcionamento das unidades geradoras. No exercício de 2025, a Companhia celebrou acordo comercial com o fornecedor, por meio do qual foram redefinidas as condições e o cronograma de liquidação do saldo remanescente. Conforme pactuado, os pagamentos terão início em 2026. A classificação entre passivo circulante e não circulante foi realizada com base no cronograma acordado entre as partes na data-base das demonstrações financeiras. **15. Empréstimos e Financiamentos: Política contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis) e descontado das amortizações. Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de empréstimos e financiamentos são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **a) Contratos:** (i) **BNDES:** Em 29 de novembro de 2021, as controladas indiretas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14 assinaram contrato de financiamento com o BNDES. O total de recursos captados é de R\$655.000, totalmente desembolsados durante os anos de 2022, 2023 e 2024. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 6,31% ao ano. Originalmente, o principal e os juros da dívida seriam pagos ao BNDES em 270 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2023 e a última em 15 de novembro de 2045. Posteriormente, o contrato foi aditado em 23 de maio de 2023, alterando a quantidade de parcelas para 259, tendo seu início em 15 de maio de 2024 e término mantido em 15 de novembro de 2045. As linhas de crédito foram disponibilizadas conforme a seguir: • Crédito "A" – São Vitor 01, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito A1 no valor de R\$59.868 e subcrédito A2 no valor de R\$26.316; • Crédito "B" – São Vitor 03, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito B1 no valor de R\$59.868 e subcrédito B2 no valor de R\$26.316; • Crédito "C" – São Vitor 07, recurso total de R\$120.658 composto por subcrédito C1 no valor de R\$83.817 e subcrédito C2 no valor de R\$36.841; • Crédito "D" – São Vitor 11, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito D1 no valor de R\$59.868 e subcrédito D2 no valor de R\$26.316; • Crédito "E" – São Vitor 12, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito E1 no valor de R\$59.868 e subcrédito E2 no valor de R\$26.316; • Crédito "F" – São Vitor 13, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito F1 no valor de R\$59.868 e subcrédito F2 no valor de R\$26.316; • Crédito "G" – São Vitor 14, recurso total de R\$103.422, composto por subcrédito G1 no valor de R\$71.843 e subcrédito G2 no valor de R\$31.579. (ii) **BNB:** Em 27 de outubro de 2021, as controladas indiretas São Vitor 02, São Vitor 04, São Vitor 05, São Vitor 06, São Vitor 08, São Vitor 09 e São Vitor 10 assinaram contrato de financiamento com o BNB. O total de recursos captados nos contratos é de R\$548.073, parcialmente desembolsados durante os anos de 2022 e 2023. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 2,68% ao ano (considerando o bônus de adimplência de 15% sobre os juros básicos fixos). O principal e os juros da dívida devem ser pagos ao BNB em 216 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de dezembro de 2023. A data de vencimento do contrato é 15 de novembro de 2041. As linhas de crédito foram disponibilizadas conforme a seguir: • São Vitor 02: recurso total de R\$74.064; • São Vitor 04: recurso total de R\$74.064; • São Vitor 05: recurso total de R\$74.064; • São Vitor 06: recurso total de R\$74.064; • São Vitor 08: recurso total de R\$74.064; • São Vitor 09: recurso total de R\$74.064; • São Vitor 10: recurso total de R\$103.689. (iii) **1º NC (1ª Emissão de Notas Comerciais):** Em 16 de fevereiro de 2022, a Companhia efetuou sua primeira emissão de notas comerciais escriturais, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$210.000. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com uma taxa fixa de 2,05% a.a., com vencimento para 16 de agosto de 2023. Em 27 de julho de 2023 a operação foi aditada, com as seguintes alterações: (a) mudança no seu vencimento, para 16 de fevereiro de 2025, (b) remuneração 100% do CDI composto com uma taxa fixa de 2,95% a.a., (c) rolagem do valor total de R\$230.000, sendo a diferença para o saldo devedor quitada em 16 de agosto de 2023. Em 04 de novembro de 2024 a operação foi aditada, com as seguintes alterações: (a) mudança no seu vencimento, para 16 de fevereiro de 2026, (b) remuneração 100% do CDI composto com uma taxa fixa de 2,20% a.a. A operação foi liquidada antecipadamente em 17 de novembro de 2025. (iv) **3º NC (3ª Emissão de Notas Comerciais):** Em 19 de setembro de 2024, a Companhia efetuou sua terceira emissão de notas comerciais escriturais, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 225.000. A dívida é composta por principal e juros devidos somente no vencimento e atualizado a 100% do CDI composto com uma taxa fixa de (i) 2,20% a.a. desde a data de integralização até 19 de março de 2026 (inclusive) e (ii) 2,75% a.a. desde 19 de março de 2026 (inclusive) até a data de vencimento, em 19 de setembro de 2026.

**b) Empréstimos e financiamentos:**

	Controladora	Consolidado	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	271.603	-	317.754	51.943	-	-
(-) Custo de captação	(1.455)	-	(3.003)	(3.291)	-	-
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	-	509.678	1.239.992	1.760.694	-	-
(-) Custo de captação	-	(4.883)	(25.392)	(30.344)	-	-
<b>Total</b>	<b>270.148</b>	<b>504.795</b>	<b>1.529.351</b>	<b>1.779.002</b>		

**c) Composição de empréstimos e financiamentos:**

Companhia	Descrição	Valor do Contrato	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
IBH IV	1ª NC (1ª Emissão de Notas Comerciais)	210.000	16/02/2022	CDI + 2,20% a.a.	Bullet	Bullet	16/02/2026	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada.		276.741	-	276.741
IBH IV	3ª NC (3ª Emissão de Notas Comerciais)	225.000	19/09/2024	CDI + 2,00% a.a.	Bullet	Bullet	19/09/2026	Alienação Fiduciária de Ações da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	271.603	232.936	271.603	232.936
VT02 VT04 VT05 VT06 VT08 VT09 VT10	BNB		27/10/2021	IPCA + 2,687% (bônus de adimplência)	Mensal	Mensal	15/11/2041	(i) Fiança bancária durante todo o prazo da operação (ii) Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, equivalente a aproximadamente 3% do saldo desembolsado.			555.069	574.763
VT01 VT03 VT07 VT11 VT12 VT13 VT14	BNDES_01		29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/11/2045	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da IBH IV; (ii) Penhor da totalidade das ações de emissão das SPE's (iii) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (iv) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro.			534.777	524.896
VT01 VT03 VT07 VT11 VT12 VT13 VT14	BNDES_02		29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/12/2037	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da IBH IV; (ii) Penhor da totalidade das ações de emissão das SPE's (iii) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (iv) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro.			196.298	203.301
								(-) Custo de captação	(1.455)	(4.882)	(28.395)	(33.635)
									<b>270.148</b>	<b>504.795</b>	<b>1.529.351</b>	<b>1.779.002</b>

**d) Movimentação de empréstimos e financiamentos:**

	Controladora		Total	Consolidado
	Empréstimos e financiamentos	(-) Custo de captação		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>258.891</b>	<b>450.078</b>	<b>(1.221)</b>	<b>707.748</b>
Ingresso	230.000	225.000	(5.364)	449.636
Provisão de juros	34.722	52.092	-	86.814
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	1.702	1.702
Liquidação do principal	(445.000)	(175.000)	-	(620.000)
Liquidação dos encargos	(78.613)	(42.492)	-	(121.105)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>509.678</b>	<b>(4.883)</b>	<b>504.795</b>
Ingresso	-	-	(174)	(174)
Provisão de juros	-	79.112	-	79.112
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	3.601	3.601
Liquidação do principal	-	(271.371)	-	(271.371)
Liquidação dos encargos	-	(45.815)	-	(45.815)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>-</b>	<b>271.604</b>	<b>(1.456)</b>	<b>270.148</b>

base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

**Consolidado 31/12/25**

	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	4.351	-	4.351
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	-	5.023	5.023
<b>Total</b>	<b>4.351</b>	<b>5.023</b>	<b>9.374</b>

(i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados na nota explicativa nº 17. **17. Tributos e Obrigações Trabalhistas: Política contábil:** Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

**Controladora Consolidado**

	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	-	-	9	3.698
ICMS a pagar	-	-	36	35
ISS a pagar	-	-	1.897	1.630
PIS e COFINS a pagar	3	3	1.044	2.592
Salários, provisões e encargos sociais	62	22	836	135
Outros tributos a pagar	65	1.720	3.822	8.090
<b>Não circulante</b>				
Salários, provisões e encargos sociais	396	-	396	-
<b>Total</b>	<b>461</b>	<b>1.720</b>	<b>4.218</b>	<b>8.090</b>

(i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados na nota explicativa nº 16. **18. Encargos Regulatórios: Política contábil:** Nessa rubrica são reconhecidos os encargos relacionados ao setor de energia que são definidos pela ANEEL e cobrados pelas transmissoras, sob gestão do Operador Nacional do Sistema, os quais correspondem aos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST)

	Controladora	Consolidado	31/12/25	31/12/24
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST)	5.707	-	2.721	-
<b>Total</b>	<b>5.707</b>	<b>2.721</b>		

**19. Provisão para Processos Judiciais: Política contábil:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(a) Composição da provisão para processos judiciais prováveis de perda:**

	Controladora	Consolidado	31/12/25	31/12/24
Regulatórios	556	-	556	-
<b>Total</b>	<b>556</b>	<b>-</b>		

**(b) Movimentação da provisão para processos judiciais prováveis:**

	Controladora	Consolidado	31/12/25	31/12/24
Regulatórios	556	-	556	-
<b>Total</b>	<b>556</b>	<b>-</b>		

**(c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:**

	Controladora	Consolidado	31/12/25	31/12/24
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>				
Constituição	530	-	530	-
Atualização monetária	26	-	26	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>556</b>	<b>-</b>		

**Empresas**

	Regulatórios	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>			
VT01	-	317	317
VT12, VT13 e VT14	607	-	607
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>607</b>	<b>317</b>	<b>924</b>

Regulatórios: Processo envolvendo a suspensão dos efeitos da decisão da CCEE quanto ao não repasse dos percentuais do desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), passando como valor possível o montante de R\$ 5.889, e processo para compensação integral por eventos de restrição de operação por constrained-off. - Trabalhistas: Reclamações trabalhistas que têm por principais matérias: indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais, adicional noturno, dentre outros. **20. Provisão para Desmobilização de Ativos: Política contábil:** As provisões para desmobilização de ativos são estimativas registradas em função da existência de um contrato de arrendamento que estabelece a obrigação do Grupo de devolver o terreno ao final do contrato nas mesmas condições em que foi recebido. Essa obrigação inclui a remoção de estruturas e equipamentos instalados, exceto as obras aterradas, como fundações, redes de água e esgoto, entre outras. O reconhecimento dessa provisão busca garantir que os custos associados à restauração do local sejam adequadamente mensurados e registrados ao longo da vida útil dos parques eólicos. Os valores provisionados são estimativas mensuradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto de 7,44%, com base na melhor estimativa da Administração e pelo mesmo período da autorização.

**Saldos em 01 de janeiro de 2024**

	Controladora	Consolidado
Adições	14.922	14.922
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>14.922</b>	<b>14.922</b>

**Saldos em 31 de dezembro de 2025**

	Controladora	Consolidado
Adições	2.303	2.303
Atualização financeira	1.282	1.282
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>18.507</b>	<b>18.507</b>

**21. Patrimônio Líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia era de R\$1.628.952.010 (R\$1.615.952.010 em 31 de dezembro 2024), dividido em 1.628.952.010 (1.615.952.010 em 31 de dezembro 2024) sendo 1.621.502.010 ações integralizadas (1.287.362.010 em 31 de dezembro de 2024). Em 05 de março de 2025, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$13.000. A Companhia não possui ações autorizadas. A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

	Participação - %	Quantidade de ações	Ações integralizadas
<b>Acionistas</b>			
IBH Renováveis I S.A.	100%	1.628.952.410	1.621.502.010
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>1.628.952.410</b>	<b>1.621.502.010</b>

**31 de dezembro de 2025**

	Participação - %	Quantidade de ações	Ações integralizadas
<b>Acionistas</b>			
IBH Renováveis I S.A.	100%	1.615.952.410	1.287.362.010
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>1.615.952.410</b>	<b>1.287.362.010</b>

**22. Receita Líquida de Vendas: Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle dos serviços prestados é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas indiretas da Companhia esperam ter direito por esses serviços. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora	Consolidado	31/12/25	31/12/24
<b>Receita</b>				
Receita com energia (i)	2.128.943	328.660	1.488.631	204.164
Receita com energia CCEE	-	8.283	-	7.736
<b>Deduções</b>				
(-) Impostos sobre vendas	-	(12.296)	-	(8.545)
(-) TFSEE	-	(2.711)	-	(778)
<b>Total</b>	<b>2.128.943</b>	<b>321.936</b>	<b>1.488.631</b>	<b>202.577</b>

(i) A variação no volume vindo ocorre pois, em 2024, as operações eram parciais tendo em vista a data da entrada em operação das SPEs. **23. Custo de Venda de Energia Elétrica:**

	Controladora	Consolidado	31/12/25	31/12/24
<b>Custo de venda de energia elétrica</b>				
Energia elétrica comprada para revenda (a)	74.949	67.123		
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	34.425	32.932		
Custo de operação (b)	136.251	106.397		
<b>Total</b>	<b>245.625</b>	<b>206.452</b>		

**(a) Custo de energia elétrica comprada para revenda:**

	Controladora	Consolidado	31/12/25	31/12/24
Energia elétrica comprada para revenda	37.481	58.820		
Custo de liquidação CCEE	37.468	8.303		
<b>Total</b>	<b>74.949</b>	<b>67.123</b>		

**(b) Custo de operação:**

	Controladora	Consolidado	31/12/25	31/12/24
Pessoal	3.814	2.010		
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	19.843	6.370		
Prêmios de seguros	5.862	8.201		
Arrendamentos e alugueis	5.610	2.487		
Depreciações e amortizações	99.427	86.229		
Custos tributários	2	124		
Outros custos	1.693	976		
<b>Total</b>	<b>136.251</b>	<b>106.397</b>		



24. Despesas Gerais e Administrativas:				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Pessoal (i)	(2.075)	16.486	(1.938)	16.486
Materiais e serviços de terceiros	1.784	2.521	4.074	3.361
Arrendamentos e alugueis	(7)	181	(2)	191
Prêmios de seguros	119	237	119	570
Despesas tributárias	6	-	7	-
Depreciações e amortizações	483	451	3.393	2.334
Provisão para contingências	-	-	556	-
Licença e suporte de software	1.866	2.363	2.011	2.363
Baixa de ágio	-	-	6.246	-
Outras despesas	227	541	673	789
<b>Total</b>	<b>2.403</b>	<b>22.780</b>	<b>15.139</b>	<b>26.094</b>

(i) A variação apresentada na rubrica de despesas com pessoal se dá devido extinção do contrato de compartilhamento de despesas da Infraestrutura Brasil Holding I com a Companhia e reversão parcial de provisão de ILP. **25. Resultado Financeiro: Política contábil:** As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<b>Receitas financeiras</b>	<b>312</b>	<b>3.039</b>	<b>16.791</b>	<b>18.455</b>
Receitas de aplicações financeiras	132	3.039	16.791	18.455
Tributos sobre receitas financeiras	(31)	(158)	(38)	(170)
Outras receitas financeiras	538	356	710	1.586
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>639</b>	<b>3.237</b>	<b>17.463</b>	<b>19.871</b>
<b>Despesa financeira</b>	<b>(79.112)</b>	<b>(86.814)</b>	<b>(164.076)</b>	<b>(159.170)</b>
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(79.112)	(86.814)	(164.076)	(159.170)
Amortização de custos de emissão de empréstimos e financiamentos (i)	(3.601)	-	(5.414)	-
Atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	(32.772)	-
IOF	(7)	(40)	(163)	(1.562)
Comissões, garantias e fianças	(901)	(4.744)	(30.799)	(18.455)
Atualização financeira desmobilização	-	-	(1.282)	-
Outras despesas financeiras	(249)	(872)	(964)	(7.141)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(83.870)</b>	<b>(92.470)</b>	<b>(235.470)</b>	<b>(186.328)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(83.231)</b>	<b>(89.233)</b>	<b>(218.007)</b>	<b>(166.457)</b>

(ii) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados na rubrica "Outras despesas financeiras". (iii) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados na rubrica "Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos". **26. Imposto de Renda e Contribuição Social: Política contábil:** Na Companhia e suas controladas diretas, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro real considerando as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro líquido para contribuição social. Nas controladas indiretas a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

Prejuízo contábil antes dos impostos  
Alíquota vigente  
**Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Despesas permanentes não dedutíveis	(59.316)	(70.695)	(52.708)	(66.785)
Prejuízos fiscais	(113)	(53)	1.972	56
Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(1.848)	-	(1.875)	-
Resultado de equivalência patrimonial	30.200	32.610	616	-
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-	40.300	55.230
<b>Encargo fiscal</b>	<b>(113)</b>	<b>(53)</b>	<b>1.972</b>	<b>(11.499)</b>
Corrente	-	-	14.414	11.499
Diferido	-	-	5.023	-
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.437</b>	<b>11.499</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13%</b>	<b>6%</b>

Na Controladora, o saldo de prejuízo fiscal acumulado é de R\$554.518 e no Consolidado R\$557.797 (R\$463.116 na Controladora e R\$466.233 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024), que também constitui base negativa de contribuição social no mesmo valor. O saldo de diferenças temporárias acumuladas na Controladora e no Consolidado é de R\$3.701 (R\$5.175 na Controladora e R\$5.252 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais

e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulado, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores. **27. Resultado Básico e Diluído por Ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>	<b>(174.460)</b>	<b>(207.925)</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas	(174.460)	(207.925)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	1.626.673	1.571.336
<b>Resultado básico e diluído atribuível por ação - R\$</b>	<b>(0,11)</b>	<b>(0,13)</b>

**28. Transações que não Afetam Caixa:** As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras; contudo, não impactaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Provisões fornecedores	-	6	152.993	153.025
Juros capitalizados relativos a empréstimos	-	-	-	46.843
Provisão para desmobilização de ativos	-	-	18.507	14.922
Mútuos convertidos em investimento	-	-	-	38.000
	<b>6</b>	<b>171.500</b>	<b>252.790</b>	

**29. Cobertura de Seguros:** O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As modalidades de seguros contratados pelo Grupo referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de danos materiais e lucros cessantes, D&O e responsabilidade civil. **30. Eventos Subsequentes:** Em 13 de janeiro de 2026 e 13 de fevereiro de 2026, foram celebrados os contratos de mútuos entre as controladas indiretas São Vitor 14 e São Vitor 07, nos montantes de R\$2.300 e R\$1.000 respectivamente e, em 13 de fevereiro de 2026, foi celebrado o contrato de mútuos entre as controladas indiretas São Vitor 14 e São Vitor 03 no montante de R\$600.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e aos Acionistas da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2025. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimen-

tos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 06 de Março de 2026

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP014428/O-6

**Daniel A. da S. Fukumori**  
Contador  
CRC 1SP245014/O-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

